

# PORTUGAL democrático

SAI NO PRIMEIRO SABADO DE CADA MÊS

ANO I - N.º 2



São Paulo, 4 de Agosto de 1956



Cr\$ 2,00

Leia nesta edição:

Cultura e fascismo - 3.a página; O julgamento de uma enfermeira - 3.a página; Pescadores em greve - 4.a página; Pedida a pena maior... - 4.a página; 50 jovens perseguidos - 5.a página; Para além do equilíbrio financeiro - 5.a página; 2.a carta proibida de António Sérgio - 6.a página.

## MOCÇÃO DA OPOSIÇÃO PORTUGUESA AO PRESIDENTE DA REPUBLICA

No dia 12 do passado mês de julho, a imprensa portuguesa publicou uma representação que alguns elementos da oposição democrática, endereçaram ao General Craveiro Lopes, Presidente da Republica.

Apresentando a íntegra (1) de tão importante documento (segundo o DIARIO DE NOTICIAS de 12-7-56), lamentamos que a imprensa portuguesa no Brasil a ele se tenha referido com brevidade transcrevendo apenas um ou outro paragrafo, com o sentido visível de lhe ofuscar a projecção que alcançou na vida nacional portuguesa.

Inzuiu-se mesmo que a publicação de tal documento é a prova manifesta da existencia de liberdade sob o regime do Estado Novo. Afirmamos nós que sua publicação na imprensa legal, é uma humilhante victoria das forças democraticas portuguesas. Há 30 anos perseguidas por esbirros, coacções morais e economicas, censuras e atributos semelhantes de todos os governos ditatoriais.

Senhor Presidente da Republica - Excelencia:

Ao abrigo do art. 8.º da Constituição vêm os signatarios cidadãos responsáveis e no uso legal dos seus direitos, representar ao Chefe do Estado nos termos e pelas razões seguintes:

O CONGRESSO DA UNIAO NACIONAL

Facto proeminente da vida politica portuguesa foi o recente Congresso da Uniao Nacional dado que conduziu a que tivesse projecção publica e tratamento de problemas de primeira importancia e dado que, através de certos discursos de congressistas altamente responsáveis na Administração da discussão das numerosas teses e, por fim, das

conclusões votadas, pode surgir com ele — para olhos perscrutadores — todo o panorama do estado actual do País do economico ao social, do cultural ao politico, numa representação viva e impressionante.

Atentar nos modos desta representação; na pertinencia de certos votos normativos quando, sobretudo, se fazem ecc de annunciados propósitos do Governo; na forte controversa travada para teses fundamentais em que se chocaram ideias não menos que opostas; e considerar por ultimo que do amalgama conclusivo extraído à força, em buses dum meio termo varias vezes inexpressivo e duma harmonia de conjunto mais

ficticia que real) são afinal grandes duvidas que ressaltam e ficam pairando a respeito de futuro da Nação; ter em consideração estes multiplos do acto que vem de realizar-se parece ser dever ciclico de quantos consagram à causa publica atenção e trabalho.

SISTEMA UNILATERAL

Aos signatarios esse dever

impõe-se-lhes: estudaram e observaram quanto puderam o quadro do momento presente; a observação e o estudo determinaram neles algumas vezes inquietação e alvoroço, e sempre, com a satisfação que não escondem por ver tratados com elevação e competência alguns dos mais importantes temas nacionais, a repulsa a condenação — que

tambem não sabem calar — quanto ao sistema, mais uma vez posto em foco, unilateral e monopolizante, de atribuir-se liberdade de opinião a uma só corrente a respeito desses problemas basicos que, por serem de interesse geral, carecem de soluções estudadas, amadurecidas e ao cabe formuladas em regime de mais

(Conclui na 2.a pag.)

## DOIS ACONTECIMENTOS

Os dois acontecimentos politicos do mês passado em Portugal foram indubitavelmente a entrega de uma representação das forças opositoras ao Presidente da Republica, que adiante publicamos, e a exposição, organizada pelo Regime e intitulada TRINTA ANOS DE CULTURA.

Ambas — cada uma à sua maneira — representam uma contribuição altamente positiva no sentido da uniao das forças democraticas nacionais.

O primeiro mostra-nos que a opposição legal, por tanto tempo inerte, dá indícios de uma re-estruturação, de uma nova uniao, orientada precisamente no sentido que o nosso jornal preconiza. Será na luta concreta pela liberdade de imprensa, pela possibilidade de actuação dos partidos politicos, alem da Uniao Nacional, pela anistia aos presos politicos, sem excepção, que se forjará a acção colectiva capaz de enfrentar o salazarismo.

Estes objectivos da Oposição podem resumir-se num ponto que concatenará, num plano imediato, todos os nossos esforços: o respeito pelas liberdades constitucionais.

O novo movimento anti-salazarista levanta problemas que só poderão ser resolvidos levando em conta os ensinamentos da dura experiencia passada. Acima de tudo é preciso evitar que o Presidente do Conselho possa aplicar a maxima que tem nortendo toda a sua actividade politica, a divisa que Salazar aprendeu com Maquiavel e que, devemos confessá-lo, soube por em pratica com suprema arte: DIVIDE UT REGNES. É preciso, portanto, não nos deixarmos dividir: devemos exigir possibilidade de actuação para TODOS os Partidos, liberdade para TODOS os jornais, anistia para TODOS os presos politicos. Para derrubar o salazarismo precisamos saber aproveitar até a nossa infelicidade. Trinta anos de privação de todas as liberdades deram ao nosso País uma situação que, se soubermos transformar as nossas deficiencias em vantagens, pode ser paradoxalmente superior à de muitos outros. Com efeito, os excessos do fascismo, a opressão, os abusos, os crimes (não tenhamos receio das palavras), podem ter como consequencia a congregação num só ponto de muitos odios contidos, de muitas ansias de libertação sufocadas, que de outra forma andariam dispersos.

Que essa uniao de todas as forças que almejam a nossa libertação se chame Movimento de Uniao Democratica, como em 1945, ou que receba qualquer outra denominação, isso é uma questão de nomenclatura de interesse secundario. O que importa é que tais esforços se mantenham conjugados, se exerçam num só sentido. E a representação agora entregue ao General Craveiro Lopes é um passo em frente, nesse caminho.

xxx

O segundo acontecimento do mês é a Exposição chamada TRINTA ANOS DE CULTURA. E-nos difficil compreender quais as verdadeiras intenções do regime ao realizar esta exposição que, afinal, veio demonstrar com clareza, à sociedade, a inexistencia de uma

cultura salazarista. Julgamos que o Presidente do Conselho pretendia mostrar não ser verdadeira a afirmação, tantas vezes repetida e a que ele proprio teve de referir-se no discurso em que disse: "A mim ser-me-la particularmente doloroso verificar ter contribuido, embora na defesa de interesses igualmente sagrados, para um eclipse — ainda que passageiro — da intelligencia portuguesa".

Pondo de parte as suas ressalvas quando aos "interesses sagrados" e à transitoriedade do eclipse cultural, não duvidamos que seja doloroso para um homem que está há trinta anos no poder, ser forçado a admitir publicamente que o pensamento e a cultura portuguesa atravessam, segundo as suas palavras, "uma zona escura". O caso porém é que esta constatação do Presidente do Conselho corresponde infelizmente a uma realidade: a decadencia cultural do nosso país, nos trinta anos de salazarismo, foi nitida.

As razões desse facto que não por demais conhecidas para merecerem a nossa insistencia, decorrem fundamentalmente da falta de liberdade intelectual a partir de 1926. E não serão lagrimas de crocodilo que poderão remediar a situação. De resto, se tal decadencia não atingiu um ponto de completa estagnação, isso deve-se aos esforços strenuos, indomitos, dos intelectuais anti-fascistas, daqueles que nunca colaboraram com o regime e que prosseguiram a sua obra em condições terríveis, de asfixia, sempre a bem do país, mas contra o salazarismo que os perseguia.

Como se atreve o Estado Novo, na Exposição que comentamos, a apresentar as obras de intelectuais como Egas Moniz, Bento de Jesus Caraça, Ruy Luis Gomes, Antonio Sergio, Ferreira de Castro, Pereira Gomes, Abel Salazar, Rodrigues Lapa, Alves Redol, José Gomes Ferreira, João de Deus Ramos, António José Saraiva, Adolfo Casais Monteiro, Jaime Cortesão, Oscar Lopes e tantos outros? Todos estes intelectuais, sem excepção, viram frustrada a sua capacidade scientifica ou artistica devido à noite fascista. Mas foram eles tambem que, lutando contra o Estado Novo, conseguiram resgatar o nosso país de uma completa apatia cultural.

A Exposição TRINTA ANOS DE CULTURA apresenta-se portanto falseada logo no regime que sentindo chegar a sua ultima hora, procura desesperadamente esconder com a mão esquerda o mal que fez com a direita, poderia levar a audacia ao cumulo de incluir NA SUA CULTURA, as obras realizadas exactamente CONTRA ESSA CULTURA. Nesse ponto os emulos do salazarismo, Hitler, Mussolini e Franco foram menos audezes, talvez porque, no fim de contas, estivessem mais convencidos da existencia de uma cultura propria. Salazar, nem essa consolação pode ter: a presente Exposição mostra bem que o Estado Novo português tem consciencia plena da vacuidade da sua obra no plano cultural.

## LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A liberdade aliena dos jornais portugueses leva-nos a pensar que a campanha, surda mas tenaz, da nossa intelectualidade no sentido de uma suavização das duras condições que oprimem a cultura nacional, começa a dar alguns frutos.

Durante trinta anos — nunca chamaremos demais a atenção para o que este prazo representa — os escritores, os jornalistas, os artistas, os

escritores, os jornalistas, os cientistas portugueses viveram no fundo de um poço. A comparação é valida até pela dupla agonia que tal situação representa: a luz passava-lhes por cima, longe do seu alcance; as suas vozes, abafadas, perdiam-se no ar viciado Assim foram durante os nossos intelectuais.

Um dia se contará o prodigio de engenho que foi necessário para vencer a distancia e fazer a voz chegar ao ar livre. Um dia se compreenderá aquilo que Ferreira de Castro, o nosso maior romancista, disse "com uma melancolia enorme que só pode ser compreendida por outros escritores" (Conclui na 7.a pag.)

ESTE NUMERO NÃO FOI VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA, EM PORTUGAL



Arquitetónico da cidade



# MOÇÃO DA OPOSIÇÃO PORTUGUESA AO PRESIDENTE DA REPUBLICA

(Conclusão da 1.ª página)  
ampla participação colectiva

A verdade é, Senhor Presidente, não ter o povo português, como um bloco, conferido à União Nacional poderes, em delegação, para que informe totalmente a respeito das suas necessidades e anseios.

A verdade elementar é que, nestes outros depoimentos da sua autoridade indiscutível, não é devida a participação colectiva e devem lutar-se os formulados, ao querer dar-se balanço sincero e quanto possível exaustivo, tão só no campo de ser informações e do inquérito ser a situação em que se encontra o País.

E a verdade continua sendo que o suprimir, por sistema, tais depoimentos e o impedir que desempenhem o seu papel de participantes na elaboração dum opinião pública consciente e esclarecida em que possa apoiar-se a única acção governativa legítima e eficaz — medida injusta e perturbadora inevitável da paz interna a paz dos espíritos — entende-se — a única que realmente conta para os juizes superiores e imparciais.

Esta parece ser a primeira ponderação digna de trazer-se perante o Chefe do Estado quando do facto político do Congresso é feita análise, mais ainda na ambiência que o permitiu e lhe deu surto do que no conteúdo dos seus trabalhos ao longo das quatro sessões por que foi repartido.

### DISCURSO DO PROF. MARCELO CAETANO

Não há que iludir, aliás, o alcance desta primeira intervenção que nos permitimos; o mais significativo discurso do Congresso, o de responsabilidade maior, da autoria do congressista prof. Marcelo Caetano — discurso a que haveremos de fazer mais que uma referência — termina por considerar indispensável "uma perfeita unidade interna". Nenhuma unidade sólida é possível porém, sem a previa garantia de equidade nos direitos e sem que fique assegurada com o uso da liberdade essencial, inerente à cidadania (não a liberdade suficiente da formula anterior, menos

### OS CIDADÃOS E A CAUSA PÚBLICA

ainda a liberdade possível da nova formula) a presença.

Aos apelos que periodicamente se renovam, mais ou menos directos, para um vasto e generoso entendimento a bem da Nação, haverá sempre que responder, por enquanto, como nos respondemos; que sem dúvida existem fora da situação que oetem o poder português dos melhores e dos mais aptos a enfrentar os problemas, quaisquer dos problemas com que se debate o País de hoje, em sua organica e ser condicionamento social e económico. E precisamente, nesta parte, o nosso maior mal consiste em haverem-se realizado estruturação do Estado e clima político tais que continuam vedadas para esses portugueses as possibilidades de servir a causa pública em toda a extensão das suas reais capacidades.

### SUFRAGIO ORGANICO E SUFRAGIO UNIVERSAL

Na análise muito rápida que é possível fazer aqui do Congresso da União Nacional salienta-se, agora o voto que exprime tendência para a adopção dum sufrágio organico em substituição do sufrágio universal.

O caso é daqueles que definiram de principio como mercedores da maior atenção, pois que vai ao encontro de propósitos governativos senão explicitos, pelo menos implícitos. Sabe-se por experiências repetidas que têm as consultas ao sufrágio dos eleitores merecido neste País, desde a lei à pratica, os mais justos reparos. Também se sabe que a realização de eleições livres por sufrágio directo é condição exigida hoje na vida politica de todos os países inscritos nas Nações Unidas, entre os quais Portugal.

Depois do que, seria apenas legítimo esperar que se aperfeiçoasse entre nós o instrumento da consulta popular e manca que houvesse o propósito, mais ou menos declarado, de atração-la em seus fundamentos. Fazê-lo em nome de uma organica - a organica corporativa - introduzida no corpo da Nação a título experimental; e agora em via de instauração definitiva, quando unanimemente se reconhece que não existe uma consciencia corporativa, pois que há necessidade de criá-la, parece que é levar longe de mais e entusiasmo da doutrinação e o recurso ao poder que transitoriamente auferir o proprio doutrinador.

### A DERROCADADA DO CORPORATIVISMO

De uma das teses do Congresso destacam-se estas conclusões, cadentes.

"O corporativismo não criou um tipo definido de economia mas sim uma burocracia economica bem ou mal organizada pelo Estado e por este consentida através dum critério estreito e nivelador do processo economico em geral.

O corporativismo não pode estabilizar-se sem riscos graves, como sejam o de favorecer as economias dominantes e, através delas, o perigo das colligações monopolistas. Ao progresso por todos desejado succederia o imobilismo economico.

Compete assim ao Estado não precipitar e muito menos forçar determinadas soluções...

Há nestes períodos verdade e bom senso; o ajustamento a considerações nossas

anteriores é perfeito; por isso se reproduziram aqui.

Maior vulto foi dado, quer nos discursos das sessões plenarias (um dos quais já referido), que em muitas teses, à situação economica do País, ao nível de vida atribuível à maioria dos seus nacionais; e o caso do povo rural foi especialmente visado.

Nenhuma voz ousou dar deste quadro impresso que não traduzisse inferioridade e atraso. Basta que se recorde que a classificação internacional do País economicamente subdesenvolvido foi oficialmente reconhecida (discurso citado).

### CONSTRUÇÕES VISTOSAS ARGUMENTO SALAZARISTA

Se tudo quanto o mais qualificado dos congressistas encontrou, nesta parte, para defesa do regime, foi o afirmar que se partira de zero ao iniciá-lo e que, sem embargo, estão à vista numerosas e vultosas obras de apetrechamento, a verdade é que esqueceu distinguir apetrechamento simples e nível do bem-estar humano, o unico indice que realmente importa (indice atualmente em nosso desfavor, por ter baixado); e a verdade é também que, ao aceitarmos a exclusiva base da sua defesa, para que fosse valida seria necessário que a nossa condição superasse paralelo com a de outros países, assolados estes pela guerra e arrasados, aos quais, todavia, foi possível num escasso decennio de trabalho inteligente e sagaz, partindo eles de menos que zero, da destruição e da ruína, somar a esse apetrechamento as condições de vida que colocam nas estatísticas os respectivos povos no alto de uma escala em que, ao contrario, Portugal figura entre os mais baixos valores.

### POBREZA, AO FIM DE 30 ANOS DE GOVERNO

São do congressista professor Daniel Barbosa estas palavras: é preciso "tirar o País nas estatísticas internacionais do consumo, por exemplo, do lugar apagadissimo que vergonhosamente ocupamos entre os mais pobres que integram a comunidade civilizada mundial".

Outro congressista, numa tese designada "A concentração economica da colligação financeira como fulcro da nossa minoridade social", depois de comparar a repartição do produto liquido nas principais industrias portuguesas — que registra 61 por cento para o capital e 39 por cento para o trabalho (numeros de 1950) — com aquela que usa ser em países estrangeiros, dos mais desenvolvidos, como o prototipo do capitalismo, onde o trabalho é remunerado com 60 a 70 por cento desse produto liquido — conclui: "O nosso trabalhador sofre no presente as misérias do pauperismo e vive asfixiado pelas ventosas do polvo capitalista. E Portugal situa-se entre os países economicamente mais atrasados."

Quanto ao povo rural, particularmente visado este como atrás foi dito, mereceu a atenção de numerosas teses e um relatório de sessão plenaria. O respectivo autor, o prof. Castro Caldas, concluiu: "o que importa é criar as condições necessarias para melhorar o poder de compra de milhão e meio de rurais; o que se encontra generalizado é apenas o magro provento do salario, e este só poderá aumentar, sem reflexos no preço do custo, quando melhorar

a produtividade". E noutra parte acrescenta: "Não pode haver desenvolvimento industrial sem que paralelamente se desdobre um audacioso plano de equipamento agrícola... Há que adaptar às exigencias modernas as estruturas, adoptando os dois extremos da escala das empresas: concentrando e que ainda microfundario e fragmentario e que se apresente latifundiario e improprio para a intensificação cultural que o choque industrial proporciona."

### O CONGRESSO, E A CRITICA DA OPOSIÇÃO

Servem estas citações — amostras da critica construtiva que, sem sermos ouvidos, vimos formulando de há muito — para denunciar à luz da maior evidencia a gravidade dos problemas nacionais que aguardam soluções e para desautorizar como inadequada às circunstancias essa especie de euforia que se apossou do regime quando agora se está remirando na obra realizada ao longo destes trinta anos.

Servem, sobretudo, as mesmas citações para dar força ao nosso argumento: de ser indispensavel reunir o esforço de todos os competentes em torno do tratamento eficiente de tão magnos problemas, como indispensavel é radicar na opinião publica a consciencia da acuidade de certas soluções e a adesão deliberada às medidas que hajam de contê-las.

O que tudo implica tornar possível entre os Portugueses colaboração e confiança, só compatíveis estas, por sua vez, com processos de politica interna talhados em novos moldes, pelo que, mais objectivamente, às praticas da cidadania diz respeito.

### A NECESSIDADE DE GENERALIZAÇÃO

Senhor Presidente da Republica, Excelencia, pouco mais pode dizer-se em documento como este de extensão forçadamente limitada.

Certo, não é a primeira vez, nem será a ultima, que os signatarios se vos dirigem como ao Chefe de Estado que deseja sê-lo — primeiras palavras de Vossa Excelencia não esquecidas — para todos os portugueses.

Varios destes, fala-se em dois milhares, acabam de trazer à nossa vida politica, numa attitude merecedora de maior apreço, o contributo do seu estudo e a prova do seu interesse frente aos problemas nacionais.

Temas da maior relevancia e oportunidade foram apresentados e discutidos e, se a especie de diluição e quebra de virulencia operadas ao deduzirem-se as conclusões não dão a exacta medida da vitalidade da controversia, a publica veia já o bastante para impor como necessidade o que pode designar-se: a generalização do debate.

### REIVINDICAÇÕES DA OPOSIÇÃO

Este outro grupo de portugueses que a Vossa Excelencia se dirige não julga legitimo se dirigir ao facto de não pertencer à União Nacional, lhe seja vedada a franca apreciação de quaisquer dos temas propostos e o debate, tão profundo quanto sabido fazê-lo da actual situação do País. Não o julgamos legitimo os signatarios por proprios, como cidadãos pensaveis, e menos quando recordam que tuem multidão agitada ao longo destes trinta e sempre que tal lhes

do de qualquer modo possível, tem provocado uma funda discordancia a respeito do sistema politico vigente e dos metodos de governo.

Impõe-se, ao que nos parece, e neste sentido apresentamos, com vista a garantir a perfeita elucidação de questões graves que interessam a todos:

- a) uma ampla opinião publica;
- b) o exacto cumprimento da Constituição pelo que as liberdades essenciais se salvem e nomeadamente as da expressão do pensamento e de reunião;
- c) a revogação consequente regime de censura e das disposições relativas ao funcionamento de associações e das mesmas impeditivas;
- d) a revogação consequente das medidas contra a segurança dos cidadãos;
- e) e, em contrapartida, a autorização legal para o livre curso das iniciativas, civildades, responsabilidades e de elevado cunho patriótico, que se proponham o estudo dos problemas nacionais e a apresentação publica das respectivas soluções.

E com redobrada confiança, Senhor Presidente, que nos dirigimos a Vossa Excelencia. O vulto politico que tem sido arbitro dos nossos destinos escreveu um dia não distante ("Foreign Affairs" 28-3-1956):

"Aquele que não defende o seu direito já desistiu dele a favor de quem pretende tomar-lho, e no intimo confessa que duvida da sua legitimidade".

Assim o entendem e coherentemente procedem os signatarios representando como representam e dependendo nas mãos do Chefe do Estado este documento.

Uma grande força moral nos impulsiona e sustenta: a consciencia de continuarmos actuando, Senhor Presidente,

### A BEM DA NAÇÃO

Lisboa, 3 de julho de 1956.  
Antonio Sergio de Souza, prof. Mario de Azevedo Gomes, eng. Francisco Paulo da Cunha Leal, dr. Domingos Leito Pereira, dr. Antonio Luis Gomes, dr. José Domingues dos Santos, dr. Eduardo de Sousa Piquinho, dr. Armando Adão e Silva, dr. João de Barros, dr. João Preto, prof. Vieira de Almeida, prof. Fernando Fonseca, dr. Amílcar Esmada Curto, prof. Pulido Valente, dr. Nuno Simões, prof. João de Oliveira Machado, prof. José Henrique Casção de Anísios, prof. Barbosa de Magalhães, dr. Nuno Rodrigues dos Santos, dr. Acácio de Gouveia, eng. Carlos Ernesto de Sá Cardoso, prof. Henrique de Barros, prof. Henrique de dr. Carlos Cal Brandão, dr. Nando Lopes, dr. Frederico Lopes, coronel Helder Nibello, dr. Arnaldo Cândido Velga Pires, dr. Eduardo Ferrreira dos Santos Silva, dr. Oliveira Junior, dr. Antonio Macedo, dr. Mario Cal Brandão, dr. Carlos Cal Brandão, dr. Olimio Franco, Astor de Ibo, dr. Luis Velga, dr. do Ralha, dr. V. ma Ferrreira, Duarte, do

**PORTUGAL DEMOCRÁTICO**

Redação:  
Rua Libero Badaró, 561 - 5.º andar, sala 506 - Fone: 37-4681 - S. Paulo  
Director-responsavel: Octavio Martins de Moura  
Expediente: das 18 às 21,30 horas, excepto sabados e domingos.

\*\*\*

Este jornal aceita toda e qualquer colaboração que vise servir o "Portugal Democrático" com verdade e independência. Não dispõe de qualquer subsídio. Sua vida depende dos portugueses que, apesar de emigrados, desejam que em sua patria vigore um regime verdadeiramente democratico. A forma mais imediata de o ajudar, consiste em subscrever uma assinatura anual no valor de Cr\$ 20,00, ou uma assinatura especial, no valor de Cr\$ 100,00.  
N.º avulso: Cr\$ 2,00

# Cultura e Fascismo

Um ano passado sobre a publicação do livro "Brasil — Ida e Volta", do conde de Aurora, basta para que este artigo, se tivesse como finalidade criticar o livro ou o autor, fizesse escavação arqueológica. Mas ninguém, no Brasil, reveste o conde de Aurora de maior classe do que a misera revelada pelo livro citado. Fato é, porém, que esse escritor de 29ª categoria foi apresentado em São Paulo, pelo Governo Português, como seu delegado ao Congresso de Escritores e aos Encontros Intelectuais, da UNESCO!!!

Ora essa representação na pessoa do conde de Aurora vexa o povo português perante o Brasil e a nossa colônia aqui realitate e desacreditamos, internacionalmente, nos meios culturais em que a UNESCO é prestigiosa (a pgs. 58 do livro a Unesco a classificou de "mefítica"). Há ainda que o livro "Brasil — Ida e Volta", que o seu autor, a pgs. 190, imbecilmente considera como "achega para um melhor entendimento nosso, entre irmãos portugueses e brasileiros" vem repleto de inverdades, incompreensões, leviandades, falhas de gosto e de tacto, e palavras falsas, futeis, insanas, com que ofendeu os brasileiros, dando-lhes uma errada noção da maneira como são julgados por nós, fenómeno de que a colônia portuguesa no Brasil não é culpada mas de que recebe prejuizo. Se o Congresso de Escritores não tivesse convidado directamente três camaradas portugueses apartados de tudo o que em Portugal, neste momento histórico, é oficial, a presença portuguesa nesses conclaves internacionais teria sido deprimido das nossas tradições e indica duma actualidade deplorável. Aliás a imprensa brasileira, oportunamente, castigou o conde de Aurora, embora sem virulencia. E se agora retorna ao assunto gasto é porque o conde de Aurora e o seu livro são dos duma cadeia de inepcias e atentados que o Governo Português comete contra a nossa presença no Brasil.

A colonização portuguesa, 4 vezes secular, mantém agora no Brasil cerca de um milhão de indivíduos, cuja étnia e cultura se fundam às da terra onde se radicaram. Processa-se, sobretudo, como esboço da instabilidade lusa, ao acção dos móveis pessoais, sem orientação oficial e sem finalidade de prestigio ou influencia para o País originário. Abusiva nella o analfabeto, o camponês, o pobre. Por isso a grande maioria dos portugueses do Brasil se ocupam nos officios menos qualificados, recebem salarios modestissimos, vivem humildemente. A poupança faz parte das nossas virtudes sociais e capacita-os a sacrificar o conforto para economizar os dinheiros com que, um dia, fundam um bar ou um cegreiro, compram uma terra de horta ou pomar à beira da cidade. Geralmente o português fixa-se no Brasil sobre um trabalho rude, embora muitas vezes lucrativo.

Somos típicos e hávidos como honrados, laboriosos, patriotas mas assim mesmo figuramos, por vezes em posição desagradavel no anedotario brasileiro.

Não são os brasileiros viajados e cultos que vulgarizam esse anedotario deprimido e de que em Portugal se não faz a mínima ideia, não são os brasileiros participantes dos Congressos de Escritores ou em contacto com elites portuguesas que o criam mas 50 milhões de brasileiros em convivio com portuguesas analfabetas, pobres, humanas a contos com o drama da emigração desamparada. Esta é a

realidade brutal da presença do português no Brasil.

Mercê das características mais comuns da nossa emigração, a realidade portuguesa fixou-se no brasileiro em noção deformada. Neste imenso País em que se prolonga a nossa continuidade cultural e étnica existe um conceito errado de Portugal. As emigrações de povos com nível de vida mais alto contribuem também para o desprestígio de Portugal perante o brasileiro. Por isso ele não vê com agrado os acordos diplomáticos entre os dois Países, julgando que neles o Brasil dá e Portugal recebe. E a nossa representação diplomática assiste, ludicamente, numa poltrona de espectador, ao desmoronar do prestigio português no País de que Portugal foi a criação e a nacionalidade.

E' neste enquadramento de valores que o Governo Português coloca um conde de Aurora e o seu livro incrível "Brasil — Ida e Volta", o conferencista João Ameal, e quejandos, muitos, de identica massa amorfa. A MISSAO CULTURAL, despachada de Portugal na altura da viagem inaugural do "Vera Cruz", dá a exata dimensão dessa vergonha nacional. E' preciso que se saiba avaliar o fato como ele é — indice de que não existem superioridades nas hostes em que se apoia o atual Governo Português, de que os nossos grandes nomes, em todas as actividades culturais, estão do lado da Democracia. A gravidade do fenomeno, repito, consiste apenas no carater official de que esses intelectuais de 29ª plano vêm investidos. Individualmente, a presença deles nada significa, como representantes ou enviados do Governo Português, adquirem uma categoria em que a sua inferioridade molesta a todo o povo de que são desprimosos embaixadores. Por isso a minha censura visa o Governo que os envia mais do que aos poitres de espirito.

O declínio do prestigio português no Brasil requer medidas imperiosas e urgentes, capazes de o restituirem no antigo esplendor. Recuperação de mercados, recuperação de influencia, recuperação do prestigio cultural. E' preciso que, de qualquer modo, se faça sentir no Brasil a presença dos milhares de intellectuais aqui residentes, vindos na grande avalanche da emigração, muitos deles por homio político. Escritores, artistas, engenheiros, economistas, medicos, advogados, professores, existem na colônia portuguesa do Brasil mas sem que, por desamparo offi-

cial a sua presença tenha destaque entre a grande massa emigrada.

Não me compete a mim colaborar nesta superação com contributo maior do que sugestões.

Quer-me parecer que a introdução de livro português no Brasil, de cujos mercados desapareceu nos ultimos 30 anos, seria uma excelente demonstração da qualidade do cultura sua. O livro português, é hoje, no Brasil, uma recordação do passado, mas nesse proximo passado, até aos ultimos 30 anos, era a literatura riorização da cultura e imposição ideologica à imprensa e literatura. O Brasil pôs de parte o livro português quando reconheceu nele um agente do fascismo e um produto de cultura avariada. Um dos maleficios que a atual situação politica carreu, sobre os interesses vitais do povo português, foi a perda total da nossa presença na formação literaria das elites brasileiras.

O que sugiro, para superação deste estagnamento, não é a introdução nos mercados brasileiros de compendios com ideologias religiosas ou politicas, ou obras sem merito mas assinadas pelos caciques da situação politica portuguesa e seus apaniguados. Sugiro a instalação de 2 livrarias no Brasil, pelo menos, uma em São Paulo, outra no Rio de Janeiro, em que se exponham e vendam as obras literarias produzidas pelo pensamento ou a ficção de portugueses, sejam quais forem as suas ideologias politicas, filosoficas, ou religiosas, e sem que se sobreponha, ao interesse meramente nacional desta exhibição das energias nacionais de um povo, o ostracismo ditado por considerações partidarias.

Certo é que todos os grandes escritores portugueses da actualidade, filosofos, pensadores, etc., são resistentes e militam no campo democratico da Oposição. Os seus livros têm sido objeto de perseguições da censura e policia portuguesas e não me parece que o interesse nacional influa nas entidades oficiais ao ponto de o sobreporem aos interesses partidarios. Criar livrarias portuguesas, no Brasil, para tentar vender, nelas, obras que não sejam de 1.º plano, que não imponham a categoria mental dos portugueses, é esforço dispendido em pura perda, duplamente lamentavel porque existem, embora segregadas dos fastos officiais, figuras de grande relevo na actual intellectualidade de Portugal.

Sugiro também a criação de um grande diario em São

Paulo, a exemplo do que possuem as colonias alemã e italiana, nucleo agregador da nossa comunidade; sugiro ainda que, através de entendimentos diplomaticos, se favoreça a colocação no Brasil dos nossos mais brilhantes universitarios que enfrentam o desemprego em Portugal; sugiro que se façam exposições das obras de artistas portugueses, antigos e modernos mas só de autenticos artistas, não de falsos artistas valorizados pela subservencia politica, porque os criticos brasileiros sabem do seu officio e apresentar no Brasil figuras de secundario plano é de serviço a Portugal e sua cultura.

DINIZ GAMA

## O JULGAMENTO DE UMA ENFERMEIRA



Isaura Silva, a enfermeira condenada por convecção.

— Pelas cartas que recebi, pela sua defesa, cheguei à convecção de que Isaura Silva é comunista, declarou o Juiz Abreu de Mesquita a saída do Tribunal que condenou a enfermeira a dois anos de prisão maior, e às celebres medidas de segurança, subtil artificio da prisão perpetua.

Com seu desabafo, demonstrou o Dignissimo Juiz Abreu Mesquita que, sob o regimen do Estado Novo, se condena por convecção e não por provas.

Vale a pena determo-nos sobre este famoso julgamento, caso tipico da justiça ministrada por um governo de natureza tiranica. Antes, porém, devemos informar que em Portugal as enfermeiras não podem contrair matrimonio (1); que em Portugal, enquanto aumenta a mortalidade da sífilis

e de tuberculose, a Reforma dos Hospitais Civis de Lisboa, fez reduzir o numero de enfermeiras. Teremos assim uma pallida liela da exploração medieval a que estão sujeitas as enfermeiras portuguesas.

Pois bem; durante o processo a P. I. D. E. manteve isolada Isaura Silva durante 7 meses, negando-lhe assim qualquer possibilidade de preparação de defesa. A dias do julgamento, seu advogado, dr. Lopes Correia, também foi preso sendo assim impossibilitado de apresentar o rol de testemunhas dentro do prazo legal.

No dia do julgamento, a P. I. D. E. fez evacuar a sala do Tribunal levando-a depois com agentes à paisana.

Os juizes Abreu Mesquita, Amorim Girão e Lucena de Vasconcelos interromperam frequentemente as declarações da ré, e cortaram a palavra da testemunha dra. Maria Isabel Abelim Inglês, condenando-a a 3 dias de prisão por seu depoimento.

Finalmente condenaram Isaura Silva à já citada pena de dois anos de prisão maior e medidas de segurança.

Efectuou-se o julgamento em 1954. Nestes dois ultimos anos, Isaura Silva adoeceu e a policia nega prestar-lhe assistência medica ou hospitalar.

Este é o tratamento a que são submetidos os presos politicos em Portugal. Este, é um dos muitos motivos por que discordamos do actual governo português e por que reclamamos uma anistia urgente para todos os presos politicos que povoam os fortes e as masmorras do Estado Novo.

Horacio da Silva Ramos



Aspecto do estadio do F. C. do Porto, durante a sua inauguração em 29-5-1955, data em que o clube português venceu o Vasco da Gama do Rio de Janeiro, pela contagem de 4-2.

# Pedida a Pena Maior...

Em agosto de 1954 um documento assinado por todos os membros da Comissão Central do Movimento Nacional Democrático (prof. Ruy Gomes, eng. Virginia Moura, sr. Arbertino Macedo, etc.) foi enviado aos periódicos portugueses. Nesse documento os signatários defendiam uma política de negociação e de paz com a União Indiana, atendendo assim aos legítimos interesses dos povos indo-portugueses, como poderemos ver, transcrevendo os principais pontos do documento.

"O Movimento Nacional Democrático sempre tem proclamado a necessidade de salvaguardar a Paz, e é por atos a favor da Paz que muitos democratas, incluindo a própria direção do Movimento, têm sido presos, processados e condenados pelo Estado Novo.

Os últimos acontecimentos da Índia, vieram demonstrar que o povo português está diretamente interessado na defesa da Paz.

E ainda recentemente a Conferência de Genebra provou, de maneira insofismável que todos os diferendos entre os Estados se podem resolver pela negociação. A resolver pela negociação". Continuando a análise de assunto tão delicado, reporta-se em seguida a Comissão Central do M.N.D. à Constituição Portuguesa:

Ora a Constituição política afirma no seu artigo 4.º, que cumpre à nação portuguesa:

"...cooperar com outros Estados na preparação e adoção entre os povos e ao progresso da humanidade".

E no seu parágrafo único que, "Portugal preconiza a arbitragem como meio de derrota os litígios internacionais".

O valor da negociação como único meio de evitar a guerra e defender a independência nacional surge portanto como uma realidade.

E é precisamente essa realidade que determina a posição do Movimento Nacional Democrático perante os acontecimentos de Goa, Damão e Diu, e lhe impõe como verdadeiro imperativo de ação patriótica, reclamar:

1.º — que o diferendo com a União Indiana seja resolvido por negociação, tendo em vista as legítimas aspirações dos povos de Goa, Damão e Diu.

2.º — Que cesse imediatamente toda a propaganda de guerra e seja garantido ao povo português a possibilidade de discutir as medidas a tomar para salvaguardar a independência nacional e o estabelecimento de boas relações com todos os povos.

3.º — Que o presidente da República use dos poderes que a Constituição lhe confere para formar um governo que dê garantias de praticar uma política de Paz e respeitar os direitos fundamentais dos cidadãos.

PELA PATRIA E PELA PAZ 11 de Agosto de 1954.

A Comissão Central do Movimento Nacional Democrático.

a) Ruy Luis Gomes, Virginia Moura, José Morgado e Arbertino Macedo".

A P.I.D.E. (Policia Política Portuguesa) apreendeu este documento, que não chegou a ser publicado na imprensa e prendeu os seus signatários, membro da Comissão Central do Movimento Nacional Democrático.

O relatório que a policia politica de Salazar enviou ao tribunal é típico de um regime ditatorial. Começa por reconhecer que os cinco dirigentes, democraticos se recusaram responder às perguntas feitas e a assinar os autos correspondentes. Tenta a P.P.D.E. depois inculpá-los dos seguintes crimes, baseada



O professor Ruy Luis Gomes

apenas no documento distribuído aos jornais atrás citado:

"1) Os cinco dirigentes democraticos ao publicarem este documento, cometeram conscientemente um ato, de que uma potencia estrangeira poderá aproveitar-se para tomar medidas prejudiciais ao Estado português (ato punido pelo artigo 142 do Código Penal Português).

2) Os cinco dirigentes democraticos fizeram afirmações falsas no documento em questão, especialmente as que se referem à "vaga de histeria belicista fomentada pelo Governo e os seus partidários" e "à falta de unanimidade nacional relativamente à politica governamental na questão das colonias portuguesas da Índia". Este crime é punido pelo Art. 149 do Cod. Penal Português.

3) A materia exposta no documento é caracterizada pela "tentativa de perturbar a ordem e a tranquilidade publicas", crime punido pelo Art. 174 do mesmo Código Penal.

4) O M.N.D. não tem existencia legal por que é uma Associação cujos Estatutos não foram devidamente aprovados. Este crime é punido pelo decreto-lei n.º 39.660, de 20 de Maio de 1954, e é passível duma pena de prisão entre 7 a 8 anos.

(Devemos lembrar os leitores que o MND foi fundado em 1949, por altura da candidatura do General Norton De Matos — 1949, — e que o decreto lei foi publicado em 1954, quer dizer, cinco anos antes!)

O relatório faz lembrar a seguir que num momento em que o senado dos Estados Unidos Da America do Norte acaba de aprovar um projecto que prevê "a pena de morte para a espionagem em tempo de paz" não podia a Policia Internacional e de Defesa do Estado ficar indiferente perante os manejos criminosos e traidores dos membros da C.C. e MND.

O relatório termina nos termos seguintes:

"Ora os fatos delictuosos imputados aos arguidos constituem crime contra a segurança do Estado e da forma como se acham descritos é competente para deles conhecer e decidir o Plenário Tribunal Criminal da Comarca do Porto.

Nestes termos, promovo que os autos sejam presentes no Tribunal Criminal com informação que os arguidos Virginia Faria Moura, Ruy Luis

Gomes, Arbertino Duarte Macedo, José Cardoso Morgado Junior e Antonio Lobão Vital ficam à disposição daquele mesmo Tribunal nas prisões privativas da delegação da P.I.D.E.

Porto, 19 de Outubro de 1954".

A mesma policia sem muita convicção nos adjectivos depreciativos que usa, resolve, por uma cãrdada mais segura, prender por altura do julgamento, 52 democratas.

Todas estas prisões, que chegaram nalguns casos a graves e desumanos espancamentos, tinham uma finalidade importante para a causa salazarista; o governo pensou que deste modo desorganizaria a oposição. E com esta fragmentada, mais facilmente poderia abafar os protestos populares reivindicativos, bem como manobrar à vontade casos como os das instalações de bases americanas em Espinho e Montijo, entrega de nossos minerios atomicos a trustes americanas etc...

Mas tal não aconteceu; em vez de desorganizada e fraca, a oposição democratica encontra-se hoje mais forte e unida. E isto, em parte, graças ao proprio julgamento. Na realidade este julgamento movimentou (mesmo no estrangeiro) tal solidariedade, que a pena de 28 anos, que a PIDE queria dar aos membros do MND, foi reduzida para 18 meses prof. R. L. Gomes e Eng. V. Moura) e 9 meses (os restantes) de prisão.

A Federação Internacional dos Juristas Democraticos alertada sobre a maneira arbitraria como decorria o julgamento, em viu a Portugal um seu representante: dr. Roger Dasse. Verificou-se então logo uma sensível diferença no tratamento das testemunhas que puderam assim — e só assim — depor durante horas, sem interrupção.

Intervieram neste julgamento cerca de cem testemunhas de defesa, entre as quais destacadas personalidades portuguesas de todas as correntes politicas.

Citemos algumas das personalidades presentes:

VIEIRA DE ALMEIDA, HERNANI CIDADE, BARBOSA DE MAGALHAES, PULIDO VALENTE, RODRIGUES LAPA, FERNANDO DA FONSECA, o antigo Ministro da Educação Nacional, dr. JOAO DE BARROS, o general FERREIRA MAR-

TINS, presidente da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, os escritores FERREIRA DE CASTRO, AQUILINO RIBEIRO, MARIA LAMAS, ALVES REDOL, e o antigo Presidente do Conselho, dr. JOSE DOMINGOS DOS SANTOS.

Todas essas personalidades destacaram o patriotismo e elevação moral dos reus prof. Ruy Luis Gomes, Eng. Virginia Albertino de Macedo e Arq. Lobão Vital).

Mais uma vez ficou assente que actuações ilegais são afinal aquelas que a policia de Salazar usa contra a oposição democratica, e não esta, que luta, dia a dia mais forte, por um Portugal livre, independente e pacífico.

FRANCISCO MACEDO

## LUTAS DO POVO PORTUGUÊS

Quando se fala em Portugal, logo vem à memoria de brasileiros e de outros povos sul-americanos, a ideia de um pequeno país de audazes navegantes e pescadores. De inicio a ideia é justa; aí temos as descobertas a comprová-la. Mas, toda essa grandeza passada, toda essa valentia tantas vezes cantada por poetas, acaba por falsear o conceito mais comum acerca dos pescadores que ainda cruzam as águas de Portugal em seus barcos tradicionais.

Pensa-se que o pescador português se lança ao mar, e que sua unica tragedia é enfrentá-lo com galhardia.

Não, senhores, não é apenas isso. A situação aflitiva em que se debate o país, massacrado por catastrophica economia armamentista, não poupou a vida quotidiana dos pescadores.

Pescadores em greve, é algo incompreensível para quem julga encontrar no Portugal de hoje, a patria da maresia e das flores. No entanto, des-

pinho, Afurada, Lourosa e restantes portos da costa norte. O movimento inclinou-se pela recusa em assinar o novo contrato de trabalho. A policia foi impotente para reprimir os protestos e a convocação de uma reunião em plena praia. 3.000 homens do mar compareceram. Elegeram suas comissões de protesto, e convenceram os mestres a não furarem a greve. Três que o tentaram fazer, foram surrados em praça publica. E uma lei rude, a dos homens do mar. Mas quando os poderes publicos tomam o partido dos exploradores, só ela resta valida para fazer justiça.

Em Setubal, 4.000 pescadores, forçaram os armadores a recuar. O contrato primeiro, que previa 500 ou 600 escudos de comissão para cada 100 contos de pescado, foi recusado pelos pescadores que alcançaram a comissão de 758 escudos. Caso o pescado não atingisse 2 contos diários, cada pescador ganharia no



de Afurada até Setubal, ou ainda na costa soalheira do Algarve, milhares de homens do mar, entraram em greve no ano de 1955.

Forçaram-nos a isso os armadores de pesca que, protegidos pelos gremios corporativistas, pelo grande senhor das pescarias que é Henrique Tenreiro, protegidos, enfim, por toda a organização salazarista, pretenderam impor para a safra de 55, contratos de uma miseria maior e aviltante.

40.000 pescadores, computa o ultimo censo populacional. Cerca de 40.000 pescadores entraram em greve, ou movimentaram-se em outras formas de luta, nas costas de Portugal.

Em Matozinhos, 5.000 conservaram-se em greve, por mais de um mês, entre maio e abril de 1955. Acompanham-nos os pescadores de Es-

trados, se ultrapassasse os 2 contos, passaria a receber 20 escudos.

Tambem na costa algarvia os pescadores forçaram o cumprimento de identicas reivindicações.

"Portugal, jardim à beira-mar plantado", é o verso hoje transformado num slogan pela propaganda do Estado Novo.

Desconhecem os turistas a miseria que se oculta sob o colorido da frese; a miseria, a fome, a repressão e a luta dos bravos pescadores de Portugal.

Armando Serra



# Os Intelectuais Franceses e os 50 Jovens Perseguidos

No numero anterior «Portugal Democrático», publicou-se a carta de um jovem português a um seu amigo, residente no Brasil, e onde eram relatadas as arbitrariedades a que estão sendo submetidos 50 jovens, presos e processados por delicto de opinião politica.

As torturas durante dias, os focos luminosos sobre os olhos, os subitos interrogatorios noite a dentro, a encarnizada perseguição que envolveu a juventude portuguesa, apesar de silenciosa e noturna, ganhou subitamente a opinião publica, provocando os maiores protestos em todo o país.

Nem a Censura, nem a Poli-

cia, puderam impedir que toda a Lisboa soubesse que o lider academico Rui de Oliveira, foi defendido, durante oito horas, por centenas de colegas no Instituto Superior Tecnico, antes que a policia secreta o conseguisse prender.

Na Marinha Grande, um velho, de nome Rodrigues de Sousa, ao levarem-lhe preso o terceiro filho, forçou violentamente a entrada no posto da Guarda Nacional Republicana, e depois de insultar com veemencia os officiaes presentes, conseguiu trazer de volta o filho mais novo.

No Porto, o jovem estudante de Medicina, Alvaro Teixeira Lopes, ao ser informado da sua

proxima prisão, distribuiu abertamente na Faculdade, documentos exortando a juventude a resistencia contra a ditadura.

A indignação que subitamente invadiu todos os lares portugueses, transbordou para alem fronteiras. De França foi enviado o seguinte telegrama:

«Senhor Presidente da Republica Portuguesa — Palacio Belem — Lisboa — Portugal. Excelencia: Nós escritores e artistas tendo tido conhecimento prisão jovens por terem expressado opinião sobre diferendo Goa — extrema gravidade saúde Herminio Marvão tratamento desumano prisões portuguesas diri-

gimo-nos respeitosamente Vossa Excelencia Senhor Chefe Estado Português pedindo nome Carta Direitos do Homem usar vossa poder para permitir hospitalização imediata Herminio Marvão companheiros Veloso, Ramos Almeida, Maria Cecilia, Hernani Silva e Neto.

Assinaram o telegrama as seguintes personalidades:

Jean Cocteau (da Academia Francesa), Louis Aragon, Jean-Paul Sartre, Tristan Tzara, Henri Lefebvre, Vercors, Elsa Triolet, Simone de Beauvoir, Nicolas Guillen, André Kedros, Claude Morgan, Anioua Pitoeff, Joseph Kosma, Pierre Courtade, Pignos, Antonio Rodriguez, Diego Rivera, Siqueiros, Henri Magnan, Guillemic, Mme. Emanuel Bove, Pierre Abraham, Catherine Varlin, Georges Soria, Jean Wiener, Juliette Darré, Hélène Parmelin, Georges Arnaud, Gilbert Mury, Jean Cau, Jean-Jacques Brieux, Jean-Marie Croufer, Pierre Gamarra, Claude Paris, J. Segal Chavardès, Dominique Aubier, Jean-Pierre Atall, Poucette, Jean Proal, André Mathieu, Jean-Pierre Fresnay, Jean-Jacques Robert.

O «diferendo de Goa» citado no telegrama, refere-se à posição do Movimento de Unidade Democratica Juvenil, tomado em relação ao caso que tanto agitou a opinião publica portugue-

mais negra, a miseria e o desemprego alastrarão como peste! Nossos irmãos fardados, hoje na India, podem morrer de um momento para o outro!

Qualquer que sejam as vossas opiniões sobre o caso de Goa, Damão e Diu, só uma posição serve os interesses, as vidas e os bens sagrados da nossa patria — a de lutar para impedir a todo o custo a guerra, a de exigir que o Estado Novo promova negociações sinceras com a União Indiana, de todos os pontos em litigio.

Falseando deliberadamente a argumentação do M. U. D. Juvenil, pretendeu o Governo Português forjar uma pretexto para aniquilar a luta dos jovens que, nascidos sob a ditadura, lutam hercicamente pela liberdade de que só conhecem o nome, tornado clandestino em 30 anos de opressão.

Falhou o Governo Português em seus objetivos. As cartas de protesto que chegaram ao Palacio do Governo, carimbadas com os nomes das mais distantes cidades e vilas que pontilham o país, são disso uma prova.

A malicia e o cinismo que envolveu a detenção desses 50 jovens, foi tão chocante, que os protestos fizeram-se ouvir mesmo fora de Portugal. Alem do telegrama atrás transcrito, um outro, de termos semelhantes, foi



Hermínio Marvão, atualmente preso, doente, e sem assistencia, indú e, pode-se mesmo dizer, mundial.

Contrariamente ao que a propaganda governamental faz crer, o M. U. D. Juvenil não é de maneira alguma partidario da entrega de Goa à União Indiana. Considera que esse é um caso que pode ser resolvido pacificamente, evitando assim o derrame de sangue dos dois lados. Aliás, essa opinião está bem expressa na «Declaração à Juventude» de dezembro de 1954, onde, entre outras coisas, se pode ler o seguinte:

«Jovens operarios, camponeses, empregados, estudantes!

As nossas vidas, a nossa segurança, os nossos lares correm perigo imediato! A fome será

enviado ao Presidente da Republica pelos intelectuais Franceses Mauriac (Academia Francesa), Georges Duhamel (Academia Francesa), Francis Jordan, Stanislas Fumet, Claude Roy, René Maublanc, Charles Vildrac, Louis Martin Chaufier, Claude Aveline, e René Jougllet.

Podemos acrescentar aos nossos leitores que altas personalidades brasileiras, chocadas com o acontecido, projetam enviar identico telegrama de protesto, aos dignitarios do Governo Português.

Estamos certos que o Estado Novo será forçado a reconhecer a sua atitude, libertando e despronunciando os 50 jovens democraticos perseguidos. F. S.

## BASES AMERICANAS

A imprensa salazarista encarniçou-se em desmentir os boatos de que a viagem do General Botelho Moniz aos Estados Unidos, visava ao entabulamento de negociações para a cedencia de bases à O.T.A.N.

Tentava assim o Governo Português evitar uma sobrecarga de impopularidade, no caso de malogro das referidas negociações. Mas, felizmente para o regime, e para o Estado Maior dos Estados Unidos, bastante atrapalhado na colocação dos soldados expulsos da Islandia, a missão do General Botelho Moniz obteve exito pleno.

Informa a United Press, em telegrama de 7 de julho passado:

«A NATO acaba de adotar, uma importante medida de reforço, obtendo permissão para estabelecer duas bases aereas nos aerodromos portugueses de Montijo e Espinho.

E mais à frente: «O comunicado divulgado pelo

Quartel General da NATO não declara quem administrará as bases em Portugal, porém é evidente que os encarregados dessa tarefa serão os stados nidoes.

Depois da ocupação dos Açores por tropas estrangeiras, há já alguns anos, encontra-se o nosso povo na situação humilhante de suportar soldados americanos em territorio metropolitano.

E absurda e revoltante, semelhante atitude do Governo Português, num momento em que o mundo caminha para a mais franca distensão. A O.T.A.N. neste caso, nada mais é do que um disfarce para encobrir um favor do governo salazarista ao governo norte-americano, em troca do apoio politico e material que retarda por mais algum tempo a derrocada da ditadura estadonovista, cada vez mais ameaçada pela acção do Povo e democraticos portugueses. — A.R.M

# Para Alem do "Equilibrio Das Finanças"

Não poucos portugueses radicados no Brasil, embora democraticas e portanto contrarios aos metodos do governo ditatorial do sr. Oliveira Salazar fazem, contudo, — mal informados que estão a este respeito — concessões à "obra" do ditador português no tocante ao que teria sido a sua contribuição "positiva" para o equilibrio das finanças do país. Este é aliás, um dos charões mais usados, um dos clichés mais repetidos, pela demagogia propaganda salazarista d'aquem e d'alem mar... Salazar é, assim, apresentado, por tal propaganda suspeita, como uma especie de magico que, por meio de não dizem que "passes", teria conseguido sanear as finanças de Portugal.

A verdade é, porem, diferente, e a realidade nos mostra que a politica de Salazar neste setor se baseia, fundamentalmente, no rebaixamento do nivel de vida do povo, no empobrecimento geral da nação, na contenção das forças economicas do país — através de um corporativismo abstrato e falso, de origem suspeita, e em cuja estreiteza de perspectivas não poderia saber, como de fato não sabe, a realidade economico-financeira de Portugal. Conseguiu-se, com efeito, o tão decantado "equilibrio" das finanças da ditadura, desequilibrando-se o nivel de vida de todo um povo, reduzido que foi às mais baixas condições de existencia material e cultural.

Talvez muita gente não conheça a formula magica de que se serviu Salazar para a efetivação dessa politica de "equilibrio". Por isso, vale lembrá-la aqui, em toda a sua nudez, sucintamente exposta em palavras do proprio ditador português: «Esse equilibrio sonquista-se com aumento das receitas e reduções das despesas; exige, pois, sacrificios. Teremos que sofrer em VENCIMENTOS DIMINUIDOS, EM AUMENTOS DE IMPOSTOS, EM CARESTIA DE VIDA». «E' a ascensão dolorosa de um calvario: No cimo, podem morrer os homens, mas redimem-se as patrias» (Salazar «Discursos» Vol. I). Como se verifica, os fins justificam quaisquer meios e o que importa na verdade, é o cartaz demagogico do "equilibrio das finanças". Quanto ao povo, aos homens, bem... eles "podem morrer" de fome... conquanto que se redima a "patria"...

Mas, para melhor ilustrar estes comentarios, deixemos que os numeros falem. Segundo uma publicação do Instituto Nacional de Estatistica (português) onde se relacionam dados comparativos sobre a renda, per capita, em diversos países da Eurapa com referencia ao ano de 1949, o Rendimento Nacional por-

tuguês atingia, por pessoa, o irrisorio valor de 182 dolares, enquanto a renda media, para os outros países relacionados na citada publicação, era de 370 dolares no citado ano! Este rendimento de 182 dolares anuais, corresponde a Esc. 4.770\$00, ou sejam: 397\$50 por mês e por pessoa. Pois bem: Para se ter uma ideia do que o valor representa no baixo padrão de vida do povo português, cumpre salientar que a media do aluguel de uma casa, em Lisboa, é de Esc. .... 400\$00! — o que quer dizer que tal cifra não chega, para o português medio residente em Lisboa, nem para o aluguel de uma moradia decente!

Tão baixo rendimento per capita, tão baixos salarios percebidos pelos trabalhadores portugueses, nos revelam, desde logo, que o poder de compra do povo português é infimo e tal situação vem refletir-se como é obvio, na aguda crise por que vem passando a industria, o comercio e a lavoura que, por falta de um mercado interno consumidor não encontram saída para os seus produtos — aumentando ainda mais o desemprego e a fome, problemas já por demais candentes na realidade economica portuguesa.

E por falar em desemprego, deve-se convir que existe em Portugal, sem duvida o chamado "Fundo de Desemprego", cuja receita, tirada em partes iguais aos empregados e empregadores, deveria ser aplicada, segundo a finalidade precípua dessa instituição, no pagamento de subsídios aos trabalhadores sem emprego. Pura ilusão, entretanto! Este "Fundo", na verdade, não é senão mais um buraco sem fundo... por onde se canaliza o magro dinheiro do povo português para "equilibrar" as finanças particulares de uns poucos afluídos da ditadura e para financiar "obras" de fachada do "Estado Novo", com as quais pretende o governo impressionar os turistas estrangeiros que visitam Portugal, dando-lhes a falsa aparência de uma riqueza ou de uma estabilidade inexistente. Como se o rotulo valesse mais do que o conteúdo! Como se a superficialidade, o vazios, de que tais "obras" se revestem, pudesse ocultar — sequer justificar — a miseria e a incultura sobre que assentam!

Em abono do que afirmamos a este respeito, vale referir aqui alguns dados publicados no jornal "O Seculo" 14-10-1955 e que dizem bem do engodo, da falacia vil, que é esse "Fundo de Desemprego". Diz "O Seculo" que, só em 1954, foram gastos ..... 104.542.000\$00 desse "Fundo" pelo Ministerio das Obras Publicas, em construções e re-

parações de igrejas, castelos, seminarios, conventos, mosteiros etc — em obras de espavento portanto! Outras verbas retiradas do "Fundo de Desemprego", nesse mesmo ano, são as que se seguem e que não resistimos a tentação de transcrever:

- 405.000\$00 — para a Feira Popular de Lisboa.
- 150.000\$00 — para a Feira Popular do Porto.
- 610.000\$00 — para a diversas feiras
- 13.000\$00 — para moveis e outras despesas do posto da PIDE, em Gaia.
- 50.000\$00 — para o posto da PIDE em Quintanilha.
- 16.000\$00 — para utensilios mobiliarios do gabinete do Director do Tribunal de Contas.
- 15.000\$00 — para uma baraca de banhos para os filhos dos Sub-Officiaes etc., etc.

... e assim por diante, enquanto os desempregados portugueses sem trabalho e sem pão abandonados pelo governo que deles arranca o dinheiro com que devia ampará-los, vivem à mingua e vegetam na miseria mais atroz!...

A gravidade da situação economica do país encontra eco até mesmo na voz do dr. João da Costa Figueiredo, delegado da União Nacional (que é, como sabemos, o unico partido com existencia legal no país — o partido do governo) em discurso pronunciado no Congresso, recentemente realizado, desse partido. Entre outras coisas, disse o delegado da União Nacional:

«Que o Corporativismo não criou um tipo definido de economia, mas sim uma burocracia economica, bem ou mal organizada pelo Estado e por este consentida através dum criterio estreito e nivelador do processo economico em geral».

Que apesar do esforço desenvolvido no sector da economia, com ou sem corporatização dos varios factores, não foi possível obter resultados animadores quanto a aumento de riqueza nacional. Os numeros-indices relativos ao rendimento nacional e ao nivel medio de vida conduzem-nos, infelizmente, a uma verificação bem diferente».

Duras verdades estas! Saídas de onde saíram, do proprio seio da "União Nacional" na pessoa de um dos seus delegados ao recente Congresso desse partido, elas trazem o cunho de uma autenticidade e de uma insuspeição que a propria propaganda oficial não ousará por em duvida.

Com efeito, que sacrificios sem conta, que penuria cruel, a que vis condições de existencia foi jogado o povo português durante estes ultimos 30 anos, para que o professor de Santa Comba Dão pudesse ostentar o falso titulo de "equilibrista de finanças"!

A. Tavares dos Santos

## 2a. Carta Proibida de António Sérgio

Como noticiamos no numero anterior, o historiador português António Sérgio, escreveu ao Ministro do Ultramar, seu amigo pessoal de outrora, uma carta em que abordava desapassionadamente o problema de Goa, seu rincão natal. Respondeu o Ministro, negando toda e qualquer razão a António Sérgio que, replicou com uma segunda carta ficando esta sem resposta.

Perante a proibição do Governo Português em consentir a discussão publica do problema de Goa, o historiador fez mimeografar as suas duas cartas, que foram distribuídas clandestinamente de mão e mão.

**PORTUGAL DEMOCRATICO**, no numero anterior, transcreveu a primeira, dando hoje publicação à segunda carta proibida de António Sérgio:

Senhor Ministro do Ultramar  
Excelência

Agradeço a resposta de V. Exa — lamentando, claro está, que ela seja inteiramente denegatória, não me reconhecendo razão em ponto algum.

Permita-me submeter-lhe duas espécies de argumentos, a saber: (a) argumento de natureza moral; (b) um certo numero de argumentos de facto que estavam relacionados com argumentos morais. E que me opõe V. Exa agora? Só argumentos de facto e não de moral, e além disso puramente negativos (a que se poderia chamar de mera ausência) pelo que se me afigura que nada provam.

Declara-se V. Exa, convencido de quem perante o perigo externo que enfrentamos estamos todos unidos, de mesmo lado, sem curar de ideologias políticas.

Mas de que lado, senhor Ministro? E que faz o Governo para que seja possível unirmo-nos?

Pego-lhe que me constaria duas anotações bem simples.

A primeira é a de que não estamos tal unidos, e que se não deve admitir a possibilidade de unirmo-nos enquanto o Governo se mantiver na teima de considerar os portugueses como seus escravos; a segunda é a de que se não trata, no presente caso, de quaisquer divergências de ideologias políticas (como V. Exa parece supor) mas sim duma incompatibilidade de orientação moral, que se me antolha absoluta e irreductível.

Entre os conservadores e os laboristas ingleses (ponhamos o exemplo) há sim divergências de ideologias políticas; e, sem embargo, existe concordância de orientação moral, por que tanto num como no outro partido se respeitam os basicos direitos civicos e a eminent dignidade da pessoa humana. Podem, por isso, achar-se unidos e do mesmo lado em numerosos problemas e questões.

Entre os portugueses, pelo contrario, que reconhecem a dignidade da pessoa humana (e om nós outros, os democratas) e o governo nazista que nos oprime, parece-me impossível a menor unidade, em qualquer problema e em qualquer questão, enquanto o governo não decidir respeitar os direitos inerentes à consciencia espiritual. Não pode esperar que desistamos deles, e seríamos ignobéis se desistissemos. O governo procede, em relação a nós, como o mais estrangeiro dos estrangeiros e como o pior inimigo entre os inimigos; e ninguém lamenta mais do que eu proprio, que nos vejamos forçados a considerá-lo assim.

Não alegue V. Exa o dever patriótico; seria um sofisma; porque o primeiro dever de todo o bom patriota é o respeito da dignidade dos seus patriotas; e não se lembra de me opor o negativo argumento de que só eu é que digo e que lha estou dizendo; por que o governo impede por todos os meios que de-

terminadas opiniões se manifestem, e alega a falta de manifestação respectiva como argumento probatorio de que não existe.

Perdoe-me que conjecture, meu distincto camarada; é o que faz V. Exa na sua carta. Ao que me dá a entender, na viagem que empreendeu pelo ultramar português, não topou manifestação de descontentamento ou de magoa. Suponhamos que o pugilato, entre o sr. Bruto da Costa e o governador da Índia, sr. Quintanilha, no proprio momento em que V. Exa lá estava, não tem para o caso significado algum. Admitamos, em suma, que nenhuma manifestação contraria V. Exa encontrou. Porém todos sabemos por que não seria facil achá-las. Não porque o descontentamento não exista na Índia (e em assim na Metrópole) mas por que as suas manifestações são policialmente impedidas, censoralmente cortadas. Antes de V. Exa chegar à Índia (se bem estou informado) foi lá um chefe da policia politica para reforçar as providencias que normalmente se adoptam a fim de impossibilitar as manifestações de malquerença. A mim, porém, houve luso-indianos que se me queixaram, e tenho em meu poder um pequeno relatorio que me enviou um distincto luso-indiano, e de que lha fornecerei copia, se V. Exa quiser. E por outro lado não é de acreditar que tivessem mentido o general João Carlos Craveiro Lopes, na conferencia dos governadores coloniais em 1931, e o illustre medico dr. Froilano de Melo nos seus discursos na Assembleia Nacional; e é certo que no Seculo do dia 2 de agosto, por distração dum senhor da Censura, apareceu o seguinte:

«Num telegrama recebido no Governo Geral o advogado Prizonio Furtado afirma: Nesta hora de sacrificios e num momento em que um País que proclama meios pacificos protege elementos inconscientes para, armando desordens, estabelecer intranquillidade e pânico entre populações pacificas nos territórios portugueses, esquecendo todos os agravos e a politica sovica do governo de Salazar, ponho-me incondicionalmente ao lado do Governo de V. Exa, para estar com e pela Nação.»

Al está o que pensam do nosso Governo os luso-indianos de mais culto espirito. Como não sou luso-indiano e não necessito, por isso mesmo, de mostrar fidelidade a Portugal, sirei, ao contrario do dr. Furtado, que me não ponho ao lado do nosso Governo para estar com a Nação e pela Nação, de que o Governo tem sido o mais nefasto inimigo, impedindo-a de sair da sua condição de escrava. Por que o amor à Nação, antes de tudo, se deverá manifestar pelo respeito absoluto dos direitos civicos dos nossos patriotas, da dignidade humana dos nacionais. Os luso-indianos podem perdoar a Portugal as injurias que o nosso Governo lhes tem feito sofrer; mas nós, os metropolitanos, é que não temos o direito de lhe perdoar, nem o Governo tem o direito de se perdoar a si proprio.

Tambem não concordo com que seja cedo, por enquanto, para tratar com os habitantes do nosso Estado da Índia a instauração de um regime que lha faça jus; e sou levado a supor que V. Exa, mesmo, já se vai inclinndo para o meu proprio parecer, a julgar, por este telegrama que há dois dias li:

«Por ultimo, o Governador Geral declarou-me que o novo estatuto da Índia, previsto pela Lei Organica dos Territorios do Ultramar, aprovada em 27 de junho findo, será apresentado e discutido pelo Conselho do Governo, de Goa, nas proximas semanas, podendo entrar em apli-

cação até ao fim do ano corrente. O Estatuto criará o Conselho Legislativo de Goa, composto de desesseis membros eleitos, e seis nomeados, que substituirá o actual conselho, de que metade dos membros são eleitos e a outra metade nomeados.»

Sugere-me esta noticia dois reparos:

a) O quanto é de desejar que na nossa Índia se não venha a proceder como na Metrópole, isto é, que o Governo não pratique nas eleições indianas toda a especie de fraudes e de atropelos, a fim de que sejam somente eleitos os individuos apaignuados da tirania;

b) O de que, se da muito lamentavel agitação presente resultar para os habitantes da nossa Índia um regime politico de maior desercia, os que a si se intitularem de libertadores terão concorrido, afinal de contas, para uma obra de libertação em Portugal — numa parte longinqua de Portugal. Serão os luso-indianos, nesse caso, os mais bem-falados dos portugueses.

Concordo em que a atitude da União Indiana não proveja das violencias e malfetorias de que tem sido reu o nosso Governo. Só digo que aquelas que se levaram a cabo e colocam numa pessima situação moral em qualquer negociação, com a União Indiana, e que cumpre que nestas nos apresentemos já limpos, repletos de razão e de justiça, e representados por quem não tenha responsabilidade alguma nos crimes de tirania que se praticaram.

Releirando o pedido de que busque ler-me com a objectividade critica que a justiça exige, com a compreensão que merece um camarada sincero, com a generosidade propria de um marinheiro, e liberto da mentalidade dos seus colegas, me subcreva, de V. Exa, camara atento e obrigado.

ANTÓNIO SÉRGIO  
Lisboa 21 de agosto de 1954.

## NOTAS INTERNACIONAIS

A nacionalização da Companhia do Canal de Suez, recentemente levada a efeito pelo governo Egípcio, constituiu-se num dos atos de maior repercussão internacional nos ultimos tempos. A medida, cuja legitimidade não sabemos como se tente contestar, provocou violenta reacção por parte dos países que maior influencia e participação tinham na exploração do Canal, a tal ponto que medidas de caracter economico, e militar estão sendo aventadas.

Essa reacção, conquanto esperada, choca-se flagrantemente com a época histórica que vivemos, quando a luta contra o colonialismo encontra um clima de simpatia em todo o mundo e quando uma legitima e irresistível consciencia nacionalista desperta os povos que ainda não conquistaram a sua independencia.

O Egípto é um país livre e soberano e a Companhia do Canal de Suez não poderia estar à margem, como não estava, das leis por que se rege. Assim sendo, o ato do governo do Coronel Nasser reveste-se de toda a legalidade, já que legislou sobre coisa de sua propriedade, como Estado Independente que é. A Companhia, embora formada por capitais estrangeiros (Ingleses, Americanos, Franceses e Holandeses), estava subordinada às leis do Egípto e foi legalmente nacionalizada por este país, como legalmente a Inglaterra levou a efeito uma serie de nacionalizações, sob o governo trabalhista de Atlee.

A onda que agora se levantou contra um ato tão legitimo não poderá, certamente, conquistar muitos adeptos no mundo de hoje e a violencia que se pretenda por em prática para subjugar a auto-determinação de um povo estará condenada ao malogro.

O povo do Peru, em eleições recentemente realizadas, elegeu para o exercicio da Presidencia da Republica, o sr. Manoel Prado, politico que militava nas hostes da opposição. Logo após a sua posse, o novo Presidente pôs em vigor medidas de caracter democratico, ao decretar a anistia para os presos politicos e ao dar as mais effectivas garantias de funcionamento a todos os partidos.

Como portugueses e democratas, apontamos ao governo português o exemplo dignificante do novo regime do Peru, que se consubstancia na efectivização das franquias democraticas, pelas quais tanto anela o povo português, que jamais aceitou a ditadura e o fascismo como forma de governo. Num época em que a opposição democratica ao regime de Salazar desenvolve esforços no sentido de reconquistar para o seu povo as liberdades fundamentais à dignidade humana, é licito apelar para os que detem o poder em Portugal, no sentido de fazerem os concessões que a actual conjuntura mundial tanto reclama.

O amordaçamento da opinião publica e a asfixia da intelligencia e da cultura portuguesas, pela censura e pelas perscuições, são violencias que não se enquadram mais nas coadições do mundo de hoje, que se propõe banir da sua superficie os germes da intolerancia, da injustiça e do crime.

PEDRO RAMOS

## NAS ASAS DO ESTADO NOVO

Era no apogeu do nazi-fascismo, quando Hitler e Mussolini, possessos, arengavam ao mundo as ameaças da guerra catastrófica que logo depois desencadearam. Salazar, então, falava, denticamente e dava-nos, por inteiro, a sua auto-caricatura politica: Nós somos anti-parlamentaristas, anti-democratas, anti-liberais" ("Diario de Noticias", Lisboa, 5-3-1936). Dez anos depois, entretanto, ele se declarava "democrata organico"...

Hitler nunca escondeu a sua simpatia pelo regime de Salazar. Há muita coisa, na ditadura portuguesa, colhida ou adaptada, copiada ou aprendida no nazismo alemão. Porque não seria sem motivo que Hitler se referiu, com rasgados elogios, ao regime do sr. Oliveira Salazar: "As boas relações entre a Alemanha e Portugal interessam-me profundamente; tanto mais que o actual regime português se inspira em principios e em objectivos que e muitos campos, são orientados no mesmo sentido que os do regime (nazista) alemão."

Mas segundo o Dr. Marcelo Caetano, actual Ministro da Presidencia e indicado como o provavel sucessor de Salazar maior "influencia" exerceu no corporativismo português, a experiencia fascista de Mussolini, que é patente sobretudo "...na Constituição e no Esta-

tuto do Trabalho Nacional, diploma este que corresponde exactamente, pela sua natureza, estrutura e fins à Carta Del Lavoro Italiana, DA QUAL ATÉ TRADUZ ALGUMAS FÓRMULAS DE DOCTRINA E ORGANIZAÇÃO" (Marcelo Caetano "O Sistema Corporativo" Lisboa, 1933, página 27).

Por sua vez, Salazar, é claro na identificação de principios e de propositos do Corporativismo português e do Fascismo italiano: "Tenho orgulho de dizer que a obra da Ditadura portuguesa, guardada as proporções de meio não é inferior, nos seus resultados e nas suas directrices, à obra da Ditadura Italiana."

Discipulo e admirador de Mussolini, o ditador português não tem mãos a medir no elogio do "Mestre italiano": "Mussolini é uma das individualidades mais fortes do nosso tempo, o portador duma nova mentalidade, um novo espirito, duma nova compreensão diferente da nova politica do Estado italiano, do futuro da grande Italia — poderosas alavancas espirituais, da obra de renovação."

Não precisaríamos aqui repetir que os deputados com assento à Assembleia Nacional portuguesa não são eleitos pelo povo mas escolhidos a dedo pelo governo, e pertencem todas, às hostes officiais do partido unico, a chamada "

União Nacional". Mas vale a pena insistir nessa verdade já que desejamos oferecer aos leitores este pequeno trecho que num discurso pronunciado na sessão de 17 de Abril de 1956, o Deputado Dr. Diniz da Fonseca deixou passar. Disse ele que, em consequencia da instituição do Estado Corporativo foi criado "um intervencionismo economico imperfeito ou excessivo, permitindo situações equivalentes a monopólios de facto, sem a menor consideração pelos interesses dos consumidores". Não esqueçamos que quem pronunciou tais palavras foi um deputado salazarista...

Como se não bastasse a propria realidade portuguesa a indicar o carater anti-nacional e anti-popular do governo, as transcrições que aqui deixamos e que a muitos portugueses podem ter passado despercebidas, caem como um ferroete, como um estigma, a denunciar, dos alicerces à cupula, a ditadura que há trinta anos oprime o bravo povo lusitano.

A. COSTA  
34-755.



# NOTICIARIO

Acaba de sair em Portugal o fascículo dos **CONTOS TRADICIONAIS PORTUGUESES**, coligidos pelos poetas Carlos de Oliveira e José Gomes Ferreira. Apresentando o mesmo aspecto gráfico dos anteriores, com bonitos e oportunos desenhos de Maria Keil, os **CONTOS TRADICIONAIS PORTUGUESES** têm preencher uma lacuna há tanto em aberto na literatura portuguesa.

—(oOo)—

Teve excepcional êxito de livraria a obra do dr. Antonio José Saraiva, a **Inquisição Portuguesa**, em edição das Publicações Europa-América.

Obra recomendável não só pela reconhecida competência do autor ao tratar de assunto de tal índole, mas também pela documentação estudada e pela forma como é apresentada ao leitor.

—(oOo)—

**EDIÇÕES COSMOS** continuam publicando com regularidade os fascículos ilustrados do **DICIONÁRIO DE MUSICA**, de autoria do já falecido padre Tomás Borba e do notável musicista que é Fernando Lopes Graça. Obra de nível e que faltava nas estantes dos melomanos nacionais que, antes, eram obrigados a recorrer a idênticas publicações estrangeiras.

—(oOo)—

A **REVOLUÇÃO REPUBLICANA DE 31 DE JANEIRO**, é o título do breve ensaio histórico de autoria do Prof. Ruy Luiz Gomes, notável matemático, e um dos líderes da oposição democrática portuguesa.

Sobre a obra, escreveu Armando Bacelar:

«Obra de historiador, de economista e, acima de tudo, de lucido intérprete, apesar das suas resumidas proporções bibliográficas, ela é de consulta indispensável, até que o autor nos dê o desenvolvimento que se impõem, a quantos queiram, de futuro, estudar o acontecimento ou o quadro histórico, social e político em que se desenrolou.»

—(oOo)—

Em adaptação radiofónica, foi difundido pela Radio-fusão-televisão Française, o conto **REGRESSO** do escritor português Mario Braga, publicado numa revista intitulada **SERRANOS**.

—(oOo)—

O Escritor Tomás da Fonseca, de regresso do Brasil, onde permaneceu durante alguns meses, a convite de amigo, foi alvo de uma calorosa homenagem da população de Mortágua, sua terra natal.

Tomás da Fonseca quando de sua estada no Brasil, pronunciou na Biblioteca Municipal de São Paulo uma saborosa e comvente conferência sobre a **Vida e a Obra de Guerra Junqueiro**, seu mestre e amigo pessoal, conferência essa repetida no Rio de Janeiro.

Na mesma altura, assistiu à publicação de seus últimos escritos «**Fátima**», lançados pela Editora Germinál, dada a impossibilidade de sua publicação em Portugal, onde foram alvo de perseguições por parte da Censura e da Polícia Política salazarista.

—(oOo)—

A «**Dover Publications, Inc.**», que através da sua série «**Say it in**» já ensinava francês, alemão, italiano, espanhol, russo, hebraico e inglês, lançou recentemente um novo disco: «**Say it in Portuguese**» — o qual presta inestimáveis serviços a todos os viajantes de língua inglesa que visitem os povos de língua portuguesa. Endereço da Editora: 320 Broadway, New York 16.

—(oOo)—

O arquitecto português Guilherme de Andrade, é o autor do projeto do novo edifício da Embaixada Portuguesa no Rio de Janeiro, e atualmente acompanha as obras em evolução. A cantaria para o edifício, assim como a maior parte do material de construção, será trazida de Portugal.

# BREVES NOTAS SOBRE ABEL SALAZAR



ABEL SALAZAR

ABEL SALAZAR nasceu em GUIMARAES, a 19 de julho 1889. Estudou medicina na Universidade do Porto e doutorou-se mais tarde (1915) e a tese («**Ensaio de Psicologia Filosófica**») que obteve a mais alta classificação da Universidade portuguesa: 20 valores. Logo no ano seguinte, entra para a Faculdade como professor contratado. Em 1917 passa a professor extraordinário, e em 1918 a professor ordinário com a cadeira de Histologia e Embriologia a seu cargo.

Sem material de análise essencial para o tipo de investigações a que se estava dedicando, consegue realizar uma sequência de notáveis trabalhos relativos à estrutura e evolução do ovario, baseado em concepções científicas próprias. Graças a esses seus métodos, evidenciou uma série de casos que o classificou como um dos mais competentes histologistas de nossa época.

Talvez muito mais tivesse feito neste campo científico se em 1935 não tivesse sido expulso da Universidade do Porto e proibido de frequentar os locais de estudo da própria Universidade.

Em 1941, sob o patrocínio do Instituto para a Alta Cultura, é criado um «**Centro de Estudos Microscópicos**» na Faculdade de Farmácia do Porto, cuja direcção científica foi assumida por A. SALAZAR.

Neste centro de estudos, assistido pela Dra. ADELAIDE ESTRADA, orienta dezenas de trabalhos, dos quais alguns são de larga repercussão fora de Portugal.

Mas a sua obra não se confina apenas a estas valiosas contribuições à biologia; valiosos trabalhos artísticos, entre outros, completam a sua rica personalidade.

ABEL SALAZAR dedicou-se laboriosa e continuamente ao desenho a carvão, gravuras, esculturas, bronzes martelados, e pintura. Acerca da sua pintura, diz-nos o jovem pintor português JULIO POMAR: «... Preocupações análogas (P. Pomar refere-se ao realismo na arte) já, antes, haviam comandado o melhor da obra plástica de ABEL SALAZAR, turbilhão desgarrado numa época em que modernistas e académicos se guerreavam de morte; o melhor da sua obra escapa às bitolas da crítica encartada, e aparece-me fatalmente como à precursora da moderna tendência para um realismo social. Quando a pin-

tura se reduziu à natureza morta, ao retrato elegante, à paisagem verista ou decorativa — no baixo sentido destas duas palavras, e o povo, se aparecia numa tela, vinha apenas exibir o barrete ou os matações — ABEL SALAZAR atirou-nos com as suas composições sombrias onde, pela primeira vez, as mulheres no Norte se atropelavam, idênticas a si mesmas, sujas e heroicas no ritmo do trabalho que as esmaga e ao mesmo tempo as une. O povo foi para ABEL SALAZAR não um modelo estático, mas uma massa em movimento».

Na realidade, obras como aquela que se encontra na parede do Café Rialto (Porto), em que figuras de ceifeiros fortes e unidas entre si, são nos apresentadas de cabeças erguidas não podem ficar despercebidas no panorama pictórico português.

ABEL SALAZAR é também autor de dezenas de livros sobre arte e filosofia. São muito lidos os seus estudos sobre o pintor HENRIQUE POUSSÃO. Como cronista deixou-nos excelentes apontamentos de viagem: «**Uma primavera em Itália**», «**Um estio na Alemanha**», «**As recordações do Minho Arcaico**», etc.

ABEL SALAZAR não abdicou nunca dos princípios democráticos que defendia. Por isso ele foi perseguido violentamente pela polícia política de Salazar. E isto não só em vida!

A 30 de dezembro de 1946 ele é conduzido ao cemitério do Prado do Repouso, sob a vigilância feroz da polícia política e a guarda republicana!... Medo de fantasmas?...

No cemitério o professor A. Garret um dos que mais violentamente perseguiu A. SALAZAR, tenta fazer um discurso de elogio. Digo: tenta, porque não passou das primeiras palavras: a irmã de ABEL SALAZAR soube oportunamente acabar com a farsa, esbofetando corajosamente aquele enviado da causa salazarista.

Val para 10 anos que ABEL SALAZAR morreu e a perseguição estado novista ao seu nome (esquecimento forçado do cientista, dificuldades criadas ao desenvolvimento do Museu A. S. e às edições completas da sua obra, etc.) continua injustificavelmente a exercer-se, obscurecendo, assim, uma das páginas mais brilhantes da cultura portuguesa.

FRANCISCO MACEDO

## A AVE DA MORTE

A ave da morte cantou numa bale e o homem tombou num silencio de trapos...

Eh! morto: não fiques aí, deitado de costas, à espera que o céu te caia nos olhos!

Volta-te e olha para a terra. — a carne da tua sombra de flores acesa.

Ceu, para quê? O ceu é para os que esperam. E tu morreste por uma certeza!

JOSE' GOMES FERREIRA

LEIA E ASSINE "PORTUGAL DEMOCRATICO"

# LIBERDADE DE EXPRESSÃO

(Conclusão da 1.ª página)

res», o prejuizo irremediavel, causado à obra de tantos intelectuais pela censura, prejuizo que nada, nunca mais, poderá compensar.

Um dia se pedirão contas aos responsáveis pelo marasmo a que chegou a vida intelectual portuguesa, pela morte da imprensa livre e até pela perda de dignidade dos poucos que venderam a alma ao diabo e pactuaram com o regime.

De certa maneira, a falta de liberdade de expressões foi o aspecto mais nocivo do salazarismo. E' certo que as deploráveis condições de vida que afingem o povo português e o agravamento da situação social são problemas que não se resolvem de um dia para o outro, logo após a queda do salazarismo. Que dizer, porém, dos efeitos prolongadamente nefastos da asfixia mental a que está sujeito o nosso país?

Porque a acção da censura exerce-se em diferentes planos: não devemos lamentar apenas as obras que não deixou publicar, ou mutilou; há também aquelas cuja realização e tascismo impediu.

O efeito mais nocivo da falta de liberdade de expressão foi, porém, o que consistiu em criar em certos sectores um estado de espirito de desânimo de descrença nas possibilidades do país, de falta de fé no nosso futuro e na nossa capacidade de recuperação, de fatalidade, de aceitação, como coisa irremediavel, de todo o mal que o fascismo nos trouxe.

Tal estado de espirito prevem justamente da perda de perspectiva que a falta de liberdade de expressão acarretou. Não acusemos apressada-

mente aqueles que se deixaram desanimar ou abater temporariamente: a mentira repetida todos os dias, sem possibilidade de controle, durante trinta anos acabou por ser, para eles, a unica verdade conhecida. A uns não são elementos perdidos e a minima possibilidade de esclarecimento reorienta a vontade de lutar.

Te á chegado, finalmente, a altura em que essa possibilidade se tornará real? Não nos regozijemos depressa demais, por vermos uns lampejos de liberdade surgir nos jornais portugueses. O distico Visão pela comissão de censura continua a ser obrigatorio e a correspondente a uma triste realidade. O jornalista continua a escrever pensando na forma como reagirá a censura perante esta ou aquela frase, e um dos maiores prejuizos é exactamente esta auto-censura exercida por cada um. Os escritores continuam com as obras na gaveta, ou procurando editá-las fora do país. Os cientistas continuam a não desfrutar de livres possibilidades de contacto com os seus colegas estrangeiros. Os melhores professores continuam afastados das suas cadeiras, apenas porque recusaram dizer «nem a» mediocridades intellectuais do regime.

Enquanto tudo isto persistir, enquanto não for concedida liberdade de expressão a todas as correntes ideologicas portuguesas, julgamos ser prematura qualquer manifestação de regozio. Se o Estado Novo pretende mostrar ao mundo a sua vontade de democratização, deverá, para começar, levantar todos os entraves à liberdade de expressão. Esta é uma condição sine qua non para uma ressurreição nacional.

# JULIO POMAR -- UM PINTOR PORTUGUÊS



JULIO POMAR, de quem apresentamos hoje um desenho, é uma das personalidades artisticas mais em relevo, em Portugal.

Pintor excelentemente dotado, Julio Pomar experimenta continuamente novos materiais e novos meios de expressão.

Frequentou as Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto. Vem expondo em salões coletivos e individuais desde 1942.

Dominando com admiravel vontade as mais variadas modalidades artisticas, Julio Pomar tem realizado expressivas e atuantes obras de arte em desenho, cerâmica, oleo, tapeçaria e escultura.

Grande admirador de Abel Salazar, ele é a continuação deste, no campo das Artes Plásticas.

O neo-realismo português deve a Julio Pomar, as suas primeiras obras, tanto no plano da criação artistica, como no da teoria e divulgação.

## VIDA ASSOCIATIVA

### ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTOS

Voltamos hoje a referir-nos à Portuguesa e o fazemos com entusiasmo desmedido, já que através das nossas frequentes visitas ao Canindé cada vez mais nos convencemos do alto significado da obra que lá se realiza.

Aquele "campo", outrora tão abandonado, tem hoje uma vida intensa e constitui-se num motivo de justo orgulho para a coletividade rubroverde. Já encontramos lá uma grande parcela do conforto com que sonhávamos, quando o estádio da Portuguesa se considerava um desejo irrealizável. Já temos uma quadra para a prática de bola-ao-cesto, de hóquei, de vólibol e de futebol de salão. Temos uma sede com magníficas instalações, como sejam secretaria, salas de reuniões, salão de bilhar, alojamentos para o departamento profissional e um magnífico restaurante, onde o trato em nada difere da excelência da cozinha familiar. Acrescentemos o campo de futebol, com o seu magnífico alambrado, o breve início da construção das arquibancadas e de uma ampla piscina e então poderemos certificar-nos de que um grande clube cresce incessantemente no Canindé e que se transformará numa das mais pujantes associações desportivas do país.

### BENEFICENCIA PORTUGUESA

A Beneficencia Portuguesa é, inegavelmente, uma das mais altas expressões do espírito filantrópico e associativo dos portugueses. Fundada em 1859, a Beneficencia tem realizado, desde então, uma obra incessante de assistência, através da qual conseguiu projetar-se como uma das boas organizações hospitalares de São Paulo. Contudo, pela pobreza das suas instalações, a Beneficencia Portuguesa ficara largamente ultrapassada por numerosos hospitais da Capital, além de que não estava mais à altura das necessidades e desejos do seu numeroso quadro associativo. Diante disso impunha-se que os responsáveis pela sua administração iniciassem um movimento para congregar a colonia portuguesa no sentido de uma obra hospitalar de grande vulto, de maneira a corresponder tanto às suas próprias tradições como ao bom nome da Sociedade. Foi o que se verificou. Grandes benemeritos da colonia propuseram-se dar início a uma grande campanha de fundos, capazes de tornar possível o ergulimento de um grandioso edificio hospitalar, para sede da Sociedade Portuguesa de Beneficencia. E o resultado está hoje a afirmar-se a todos os portugueses, a todos os paulistanos, que olham com espanto e admiração a grande obra realizada, ou seja a construção do Hospital São Joaquim, considerado o maior hospital particular da America do Sul.

Dada a grandiosidade do empreendimento, dele voltaremos a ocupar-nos oportunamente.

### LUSITANO

O Lusitano, clube varzeano de grande prestigio em São Paulo e que congrega um grupo numeroso de portugueses do bairro do Pari, irá inaugurar, brevemente, a sua nova sede social, a qual se constituirá num motivo do mais alto orgulho para todos os socios e adeptos de tão simpática agremiação. "Portugal Democratico" congratula-se com a familia "lusitana" pelo significativo acontecimento e formula votos para que a esta, outras realizações se sucedam.

PAULO RESENDE

## PORTUGAL NA IMPRENSA BRASILEIRA

### ESCRITORES E ARTISTAS CONTRA A CENSURA EM PORTUGAL

Sob este título, o quinzenário PARATODOS publicou em seu numero 3, um artigo assinado por Santos Moraes, e que, com a devida venia, passamos a transcrever:

Chega-nos da Europa a noticia de que se processa um amplo movimento de intelectuais e artistas portugueses visando abolir a censura em sua patria. Durante um jantar de confraternização republicana, no Porto, ilustres homens da cultura, aprovando uma moção dirigida ao Presidente do Conselho de Ministros, assinado por elevado numero de jornalistas, escritores e artistas, solicitando do governo tal medida. Essa forma, porém, não é das primeiras tentativas feitas por Associações de Jornalistas e Homens de Letras, assim como por personalidades e importantes jornais no sentido de restaurar a liberdade de expressão em Portugal. Há um permanente anseio entre os intelectuais e o povo daquele país para que isto se concretize.

A censura, feita ao arbitrio de funcionarios, tem-se excedido nas mais absurdas imposições, e, constata a Moção, vem causando os maiores males ao desenvolvimento e progresso das Letras, das Ciências e das Artes. Os serviços de Censura não somente proíbem e apreendem obras literarias, artisticas e científicas, nacionais e estrangeiras, como impedem a criação de órgãos culturais, informativos e noticiosos; não impedem somente que certo escritores colaborem na imprensa portuguesa, como tolhem a divulgação de noticias e informações por parte da Radio e da Imprensa, e até chegam a deturpá-las com cortes parciais e arbitrarios; e vão ao ponto de proibir a publicação de discursos e intervenções proferidas por deputados na Assembleia Nacional. Em defesa da cultura de Portugal, é preciso que tal situação se modifique.

Lemos a impressionante serie de fatos denunciados e tristemente lamentados que a patria portuguesa, berço de uma cultura que os seculos nos legaram, continue varrida por essa onda inquilistral. Senão, vejamos: nesses trinta anos de censura cerca de oitenta escritores, cientistas e jornalistas sofreram, de diferentes maneiras, a brutalidade da proibição ou da deturpação de suas obras, e entre eles figuram nomes como Aquilino Ribeiro, João Gaspar Simões, Alves Redol, Julio Dantas, Julio Ribeiro, Teixeira de Pascoais, Antonio Sergio, etc.; milhares de artigos, crônicas, contos e poemas têm sido suprimidos pelos censores; foi vedada a entrada de numerosos livros, revistas e jornais estrangeiros no país; foram proibidos de circular revistas e publicações culturais como «O Diabo», «Sol Nascentes», «Luz», «Pensamentos», «Arvores», «Sols», e simultaneamente foram suprimidas as paginas literarias publicadas na imprensa regional; foram fechadas as Universidades

Livres de Porto, Lisboa e Viseu; numerosas instituições culturais viram-se impedidas de funcionar ou tolhidas no seu objetivo de instruírem seus associados.

No campo das atividades artisticas, a ação da censura tem-se desenvolvido ampla e arbitrariamente. Durante uma Exposição de Arte Moderna, em Lisboa, os salões foram invadidos por agentes da policia que retiraram muitos trabalhos expostos, sendo alguns destruidos. Muitos livros sobre arte não chegam a Portugal porque a censura os cataloga como modernos raras vezes são ouvidos através das radio-difusoras. Os filmes são submetidos a uma rigorosa censura que os mutila sem qualquer respeito, e alguns sofreram tantos cortes que não puderam ser exibidos. Desse modo, a industria cinematografica está à falencia e os seus produtores abandonam a profissão.

No que diz respeito ao Teatro há uma grave crise de decadencia motivada pelas limitações que lhe são impostas pelos cortes e proibições que são feitos, desfigurando a obra teatral, descaracterizando-a até à degradação.

Estes fatos são apenas um resumo daquilo que se diz na Moção dirigida ao Presidente do

Conselho de Ministros pelos intelectuais portugueses, pois muito longa é a serie de arbitrariedades e violencias contra a liberdade de expressão e a cultura de Portugal praticadas durante esses trinta anos.

Nós brasileiros, irmãos pela lingua e pela tradição de cultura da patria portuguesa, não podemos deixar de solidarizarmo-nos com os seus intelectuais e artistas. Podemos aquilatar as irreparáveis perdas sofridas pela Cultura Portuguesa mercê desse estado de coisas, conforme acentua a Moção, e damos nosso irrecusavel apoio a esse amplo movimento que visa a restaurar naquele país a liberdade de expressão e de pensamento.

Os intelectuais e artistas portugueses que se dirigiram ao governo pedindo a abolição da Censura representam a tradição e a gloria de Portugal. Como eles estariam Eça e Ramalho Ortigão, Julio Diniz e Camilo, Castilhos e Herculano, Camões, Bocage, Gil Vicente e tantos outros, pois eles, que tanto amaram a lingua portuguesa e a tornaram bela na expressão e livre no pensamento, jamais tolerariam vê-la conspurcada e agredida por uma censura que a degrada e humilha, antes de acorrentá-la.

### O GOVERNO PORTUGUÊS E A OPOSIÇÃO

Referindo-se à entrega da Moção ao Presidente da Republica, assinada por destacadas personalidades portuguesas (e cuja integra PORTUGAL DEMOCRATICO apresenta noutro lugar), teceu o ESTADO DE S. PAULO, em sua edição de 14 de julho ultimo, algumas considerações que julgamos oportuno apresentar aos nossos leitores, tendo em vista não só a qualificação do citado jornal, mas também a sua tendencia política, de maneira alguma esquerdista, que foi o rotulo com que Salazar pretendeu abafar todas as vozes que ousaram criticar o seu governo. El-las:

"Não sabemos que acolhimento essa petição irá ter por parte do governo lusitano. Provavelmente a mesma que ele tem reservado a outras do mesmo teor que a opposição lhe tem feito. Mas, se nos é permitida a intromissão de um alvitre, parece-nos que nenhuma outra melhor oportunidade do que esta pode encontrar o governo português para atender às justas reivindicações dos seus opositores. Trinta anos são mais do que tempo bastante para uma obra resistir à critica de seus adversarios. As virtudes e os beneficios que dela porventura haja trazido

do ao povo português não se destroem nem empanam ao sol da liberdade. A liberdade nunca destruiu nem empanou coisa nenhuma. Só a pode temer quem não tem a segura convicção de haver realizado uma obra honesta. Ora, por mais que em determinados pontos discordemos da orientação política do governo português, nada nos autoriza a considerá-la desonesta. Assim, o que a opposição portuguesa reivindica traria, se concedido, mais beneficios ao governo do que a ela propria. O governo tem uma obra cuja consagração será tanto maior quanto maior for a liberdade com que ela for discutida e apreciada. Todos os louvores que lhe sejam os órgãos governamentais deixam sempre nos estranhos aquela sombra de duvida que tem toda a afirmação que nega a controversia. Como a verdade não é, nem nunca foi, o apanagio de alguns, só na liberdade de discussão ela se firma na opinião geral".

E mais à frente:  
"Dir-se-á que a obra do governo português, pela sua realidade visível, não sofre contestação. Mas quem nos pode asseverar que ela não houvesse sido melhor e mais facil para o povo que a suportou se houvesse escutado as criticas e reparos daqueles a quem se negou esse direito? Depois, havemos de concordar, se é grande a obra realizada, trinta anos também não é tempo que se despreze. O que materialmente se realizou em Portugal, será muitissimo em relação ao que se fizera até 1926, mas pouco é em relação ao que se fez em outros países, tão pequenos como ele, e onde não houve necessidade de afastar a opposição para desimpedir o caminho".



## ECOS

Jovens de 15 anos, portanto com metade da idade do fascismo português jovens de 15 anos e alunos do Liceu D. Manuel II da cidade do Porto promoveram um amplo movimento de recolha de assinaturas protestando pela prisão e demissão do Professor de português, Dr. Oscar Lopes, hoje considerado o maior crítico literario em Portugal.

É reconfortante saber que a ditadura não pode castrar a liberdade aos anseios da juventude.

X-X

O "deficit" de trigo registado no corrente ano em Portugal vai ser suprimido com a compra de estoques dos Estados Unidos. O dinheiro que o Governo salazarista terá de pagar pela compra do trigo ficará depositado em Portugal, sendo uma parte despendida em favor de interesses para ambos os países, e outra — cem mil contos — a liquidar, num prazo de 40 anos, será empregada pelo governo português na construção de silos e armazens. Deste modo os norte-americanos vão receber uranio português em troca do trigo que não conseguiram vender. Ainda com esta transação, teremos pela frente mais 40 anos para serem resolvidos os problemas de construção de silos e armazens.

X-X

Durante o ano findo, o Brasil foi o terceiro consumidor de azeite português, tendo importado 1.279 toneladas no valor de 33.874 mil escudos. Ao todo, a exportação portuguesa de azeite foi de 8.178 toneladas no valor de 150.233 mil escudos. O Ultramar Português foi, como de costume o principal cliente, tendo o segundo lugar sido ocupado pela Italia.

X-X

Por decreto baixado recentemente, ficou o consumidor português impedido de adquirir azeite puro, pois de futuro apenas será permitida a venda de uma mistura com 50% de oleo de amendoim, o que equivale a um aumento de 9 escudos por litro. Declarou o Governo, ser-lhe impossível a importação de azeite estrangeiro.

X-X

Um dos milhares de exemplos de como o actual governo português cuida dos interesses da Nação é o caso, bem generico, da freguesia da Enxarbarda, do concelho do Fundão, confessado na imprensa portuguesa:

"Por aqui, na Enxarbarda alguma coisa que há foi sempre feita pelo povo, por vezes é certo, com ajuda do municipio. O caminho, o edificio escolar, as fontes, as minas que a abastecem, as calçadas, tudo. Cremos que os povos onde há assim boa vontade, é que deviam ser olhados pela Camara com mais interesse. Porém, no nosso caso, isso não tem acontecido. "E seguesse o rosario das obras necessarias e abandonadas pelos poderes publicos, bem mais interessados em bons cartazes de propaganda, tais como a auto-estrada de Lisboa e a viagem do Presidente da Republica a Moçambique.

X-X

Segundo noticia a "United Press" de Goa, Sudha Joshi é Sindhu Deshpande, as duas indianas presas pela policia portuguesa, desistiram da greve da fome, que tinham declarado, por estarem detidas em prisão não destinada a mulheres. O Embaixador do Brasil, representando os interesses portugueses na India, obteve das autoridades portuguesas a satisfação daquella reivindicação.



TRINTA ANOS DE CULTURA...